3.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DAS CALDAS DA RAINHA

Anúncio n.º 3616/2007

Processo n.º 213/06.1TBCLD-C — Liquidação do activo

Insolvente — JOSADIL — Mármore e Cantarias, L.^{da}

Nos autos de liquidação de activo acima identificados em que são:

Insolvente — JOSADIL — Mármore e Cantarias, L.^{da}, número de identificação fiscal 501938303, com endereço em Dagorda, 2510 Óbidos;

Administrador da insolvência — Dr. Arnaldo Pereira, com endereço na Rua do Engenheiro Duarte Pacheco, 13, 2.º, direito, 2500-198 Caldas da Rainha;

ficam notificados todos os interessados de que no processo supra-identificado foi designado o dia 6 de Julho de 2007, pelas 9 horas e 30 minutos, para a realização da reunião de assembleia de credores com a seguinte ordem de trabalhos:

Encerramento do processo por insuficiência da massa insolvente (cf. artigo 232.º do CIRE).

Os credores podem fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

Ao administrador da insolvência foram remetidos os respectivos anúncios para publicação.

10 de Maio de 2007. — O Juiz de Direito, *Vitor Almeida*. — O Oficial de Justiça, *Fátima Albino*.

2611019364

2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE CASTELO BRANCO

Anúncio n.º 3617/2007

Insolvência de pessoa colectiva (requerida)

Processo n.º 1373/06.7TBCTB

Requerente — HIPERCLIMA, Central Distribuição Térmica Portugal, S. A.

Insolvente — Vicente & Vaz — Canalizações, Reparações Esquentadores, L.^{da}

No 2.º Juízo do Tribunal da Comarca de Castelo Branco, no dia 7 de Maio de 2007, às 17 horas e 30 minutos, foi proferida sentença de declaração de insolvência do devedor Vicente & Vaz — Canalizações, Reparações Esquentadores, L.^{da}, número de identificação fiscal 502758643, com endereço no Bairro das Pesqueiras, Vila Velha de Ródão, 6030 Vila Velha de Ródão, com sede na morada indicada.

Para administrador da insolvência é nomeado António Ramos Correia, com endereço na Rua de Mateus Fernandes, 135, 1.º, B, apartado 521, 6201-907 Covilhã.

São administradores do devedor João Luís Martins Vicente, número de identificação fiscal 100392946, bilhete de identidade n.º 7810866, com endereço na Rua da Sociedade, 44, Vila Velha de Ródão, 6030 Vila Velha de Ródão, e Arminda Maria Barreto Vaz Vicente, bilhete de identidade n.º 09116692, com endereço na Rua da Sociedade, 44, Vila Velha de Ródão, 6030-231 Vila Velha de Ródão, a quem é fixado domicílio nas moradas indicadas.

Conforme sentença proferida nos autos, verifica-se que o património do devedor não é presumivelmente suficiente para satisfação das custas do processo e das dívidas previsíveis da massa insolvente, não estando essa satisfação por outra forma garantida.

Ficam notificados todos os interessados de que podem, no prazo de 5 dias, requerer que a sentença seja complementada com as restantes menções do artigo 36.º do CIRE; para no prazo de 45 dias alegar o que tiver por conveniente para efeito da qualificação de insolvência como culposa.

Nos 15 dias subsequentes, o administrador da insolvência apresentará o seu parecer.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 10 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigos 40.º e 42.º do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda notificados que se declara aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter limitado, previsto no artigo 191.º do CIRE.

Ficam ainda advertidos que os prazos só começam a correr finda a dilação dos éditos, cinco dias, e que esta se conta da publicação do último anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia em que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o 1.º dia útil seguinte.

Encontra-se designado o dia 4 de Julho de 2007, pelas 10 horas, para realização da reunião de credores aludida no artigo 156.º do CIRE.

A declaração de insolvência determina a suspensão de quaisquer diligências executivas ou providências requeridas pelos credores da insolvência que atinjam os bens integrantes da massa insolvente e obsta à instauração ou ao prosseguimento de qualquer acção executiva intentada pelos credores da insolvência (artigo 88.º, n.º 1, do CIRE).

29 de Maio de 2007. — A Juíza de Direito, *Sónia Neto*. — O Oficial de Justiça, *Manuela Marques*.

2611020615

3.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DA COVILHÃ

Anúncio n.º 3618/2007

Insolvência de pessoa colectiva (requerida)

Processo n.º 467/07.6TBCVL

Nos autos de insolvência acima identificados em que são:

Insolvente — Armando Ribeiro Gil, L.^{da}, número de identificação fiscal 502779853, com endereço na Rua de Pedro Alvares Cabral, 6-12, 6250-086 Belmonte;

Administrador da insolvência — António Ramos Correia, com endereço na Rua de Mateus Fernandes, 135, 1.º, B, apartado 521, 6201-907 Covilhã;

ficam notificados todos os interessados de que no processo supra-identificado foi designado o dia 28 de Junho de 2007, pelas 9 horas e 30 minutos, para a realização da reunião de assembleia de credores, em substituição da anteriormente designada para o dia 11 de Junho de 2007.

Os credores podem fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da comissão de trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do artigo 72.º do CIRE).

Ficam advertidos os titulares de créditos que os não tenham reclamado, e se ainda estiver em curso o prazo fixado na sentença para reclamação, de que o podem fazer, sendo que, para efeito de participação na reunião, a reclamação pode ser feita na própria assembleia [alínea c) do n.º 4 do artigo 75.º do CIRE].

17 de Maio de 2007. — A Juíza de Direito, *Alexandra Barreto do Carmo*. — O Oficial de Justiça, *Helder Rui Ferreira Fonseca*.

2611020614

2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE ESPINHO

Anúncio n.º 3619/2007

Insolvência de pessoa singular (apresentação)

Processo n.º 400/07.5TBESP

Insolvente — Nuno Amaro Leite Lima e outro(s).

Credor — Banco Espírito Santo, S. A., e outro(s).

No 2.º Juízo do Tribunal da Comarca de Espinho, no dia 23 de Abril de 2007, pelas 16 horas e 30 minutos, foi proferida sentença de declaração de insolvência dos devedores:

Nuno Amaro Leite Lima, casado no regime da comunhão de adquiridos, número de identificação fiscal 173437672, número da segurança social 11166112547, com endereço na Rua dos Loureiros, 605, Paramos, 4500 Espinho;

Susana Maria Dias Reis Lima, casada no regime da comunhão de adquiridos, número de identificação fiscal 203641612, com endereço na Rua dos Loureiros, 605, Paramos, 4500 Espinho;

com residência fixa na morada indicada.

Para administrador da insolvência é nomeado o Dr. Elmano Relva Vaz, com endereço na Rua do Mourões, 145, 1.º, São Félix da Marinha, 4410-137 São Félix da Marinha.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.